



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

EDITAL STF/SAE 1/2020

Edital de chamada de artigos para a *Suprema – Revista de Estudos Constitucionais*.

○ **EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO LUIZ FUX, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, convida membros da comunidade acadêmica e pesquisadores para a participação no primeiro edital de submissão e seleção de textos científicos para a publicação *Suprema – Revista de Estudos Constitucionais*, gestada pela Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação (SAE) do STF, por meio de sua Coordenadoria de Pesquisas Judiciárias (COPJ).

1. A *Suprema – Revista de Estudos Constitucionais* tem como objetivo a difusão de textos acadêmicos (artigos, resenhas e traduções) no campo do Direito, com foco na circulação do conhecimento gerado em pesquisas baseadas em abordagens teóricas e empíricas críticas, a fim de propiciar um espaço qualificado para o diálogo acadêmico.
2. A *Suprema – Revista de Estudos Constitucionais* tem como missão criar um espaço de trocas de conhecimentos e saberes, seguindo os rigorosos critérios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a fim de obter, quando de sua avaliação, os estratos mais elevados e atestar a independência desse tipo de produção científica.
3. Os artigos devem apresentar análises inéditas e independentes a respeito do seu objeto e evitar abordagens formalistas que pouco contribuam para os debates no campo jurídico.
4. Alinhada aos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), a revista endossa critérios de diversidade de gênero, raça e regionalidade em diversos aspectos de sua composição e atuação, especialmente no que diz respeito ao seu Corpo e Conselho Editorial, bem como à seleção de pareceristas.

S U P R E M A

REVISTA DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

5. A publicação do primeiro número da *Suprema – Revista de Estudos Constitucionais* está prevista para o primeiro semestre de 2021. Os contornos da revista e a política de submissão dos artigos estão detalhadas a seguir neste edital.
6. Mais informações sobre a organização da revista serão divulgadas quando do lançamento de sua plataforma própria.

7. PÚBLICO-ALVO

7.1 A revista é direcionada a toda a comunidade acadêmica interessada nos saberes produzidos no campo jurídico, como, por exemplo, docentes, discentes, pesquisadores, juristas e profissionais do direito.

8. PERIODICIDADE

8.1 A revista é semestral e o fluxo de recebimento de artigos será contínuo.

9. LINHA EDITORIAL

9.1 *Suprema – Revista de Estudos Constitucionais* contempla os mais diversos ramos do direito público e privado, entre os quais: Direito Constitucional; Direito Administrativo; Direito Econômico; Direito Penal; Direito Processual; Direito Tributário; Direito do Trabalho; Direito Civil; Direitos Humanos; Direito Internacional; e demais ramos do direito.

9.2 É desejada uma abordagem multifacetada entre os mais diversos ramos para que haja diversidade nos temas discutidos.

9.3 Linhas menos convencionais do campo jurídico também são estimuladas, como, por exemplo, Direito e Gênero; Direito e Raça; e abordagens afins.

10. DAS DIRETRIZES PARA AUTORAS E AUTORES E DAS NORMAS PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS

10.1 Os artigos submetidos deverão ser originais, inéditos e não podem, sob hipótese alguma, estar em processo de avaliação por outra revista.





SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

10.2 Os artigos poderão ter até três coautores, exigindo-se, primordialmente, a titulação de doutor.

10.2.1 Excepcionalmente poderão ser aceitos textos de autores com título de mestre ou que estejam cursando o doutorado ou o mestrado, desde que haja ao menos um coautor com o título de doutorado concluído.

10.2.2 Para o caso de grupos de pesquisa, os nomes dos participantes devem constar de nota de rodapé.

11. DAS NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

11.1 Serão aceitos artigos em português, inglês, espanhol e francês.

11.2 O título, o resumo, as palavras-chave e o sumário devem ser traduzidos para o inglês e para o espanhol ou francês. Os artigos enviados em língua estrangeira devem ter os itens traduzidos para o português e o inglês ou, caso o inglês seja o idioma predominante do artigo, para o espanhol ou para o francês.

11.3 Os tamanhos mínimo e máximo dos textos deverão ser respeitados. Para artigos e traduções, o mínimo é de 7.000 (sete mil) e o máximo de 10.000 (dez mil) palavras, considerando notas de rodapé e referências bibliográficas.

11.4 As resenhas devem apresentar o mínimo de 4.000 (quatro mil) e o máximo de 7.000 (sete mil) palavras.

11.5 Textos mais extensos poderão ser publicados, a critério da editoria, caso seu tamanho seja justificável.

11.6 Exige-se a utilização do Microsoft Word para a digitação do artigo. O arquivo deve possuir a extensão doc ou docx.

11.7 Os textos devem ser digitados na fonte tipo Times New Roman, tamanho 12, com espaçamento entre linhas de 1,5 e parágrafos justificados (à exceção das citações, notas de rodapé, referências e legendas de figuras, que devem ter espaçamento simples e seguir os padrões da ABNT). O espaço da primeira linha dos parágrafos deverá ser de 1,25 cm ou 1 TAB. A configuração da página deve ser feita no padrão A4 (210 mm x 297 mm), com margens superior e esquerda de 3 cm e inferior e direita de 2 cm.



11.8 As seções iniciais e finais do artigo devem ser denominadas **Introdução** e **Conclusão**, respectivamente.

11.9 Os textos submetidos deverão conter os seguintes itens:

A. Título

O título deve ter no máximo 10 palavras, incluído o subtítulo (quando houver). O título em português deverá ser redigido em fonte Times New Roman, tamanho 14, realçado em negrito e com alinhamento centralizado. O título em inglês ou espanhol deverá ser redigido em fonte Times New Roman, tamanho 14, itálico, com alinhamento à direita. Título e subtítulo do artigo devem ter apenas a primeira letra de cada frase em maiúscula, salvo nos casos em que o uso desta seja obrigatório.

B. Sumário

Deve ser posicionado logo abaixo do título e reproduzir somente número e nome das seções principais que compõem o artigo.

C. Resumo e Abstract

O Resumo (em português) e o Abstract (em inglês) devem ser concisos (até 150 palavras cada), redigidos, respectivamente, em parágrafo único, que ressalte o objetivo, o assunto principal do artigo, a metodologia utilizada e as principais conclusões. A enumeração de tópicos não deve ser usada nesse item.

D. Palavras-chave e Key-words

Indicar até 5 (cinco) termos que classifiquem o trabalho com precisão adequada para sua indexação, separados por ponto e vírgula (;).

E. Referências

A indicação das referências deve obedecer ao disposto na NBR 6023 – Informação e Documentação – Referências – Elaboração/Nov. 2018, da ABNT. As referências devem conter todos os dados necessários à identificação das obras e ser dispostas em ordem alfabética. A distinção de trabalhos diferentes de mesma autoria será feita levando-se em consideração a ordem cronológica, conforme o ano de publicação. Os trabalhos de igual autoria e publicados no mesmo ano serão diferenciados acrescentando uma letra ao final do ano (Ex.



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

2019a, 2019b). Todas as referências bibliográficas utilizadas no texto devem vir indicadas ao final do documento, com informação das URLs quando possível.

Autores estrangeiros também podem seguir o modelo da APA (*American Psychological Association*).

11.10 As citações realizadas ao longo do texto devem obedecer ao disposto na NBR 10520 - Informação e Documentação - Citações em documentos - Apresentação/ Ago. 2002, da ABNT, e adotar o **sistema autor-data**, segundo o qual se emprega o sobrenome do(a) autor(a) ou o nome da entidade, a data e a(s) página(s) da publicação da qual se retirou o trecho transcrito.

A. A citação indireta ou direta sem o nome do autor expresso no texto deve apresentar, entre parênteses, a referência autor-data completa.

Exemplos:

Um modelo diferenciado para entender a natureza de regras e de princípios é necessário, mesmo que, neste modelo diferenciado, se mantenha a distinção do caráter *prima facie* das regras e dos princípios (ALEXY, 2008, p. 104).

A comparação entre as mulheres trabalhadoras e aquelas que vinham da classe média também se fazia presente, de forma que “as primeiras certamente tinham motivos mais legítimos para se comparar às escravas” (DAVIS, 2016, p. 46).

B. A citação indireta ou direta com o nome do autor expresso no texto deve apresentar, entre parênteses, o ano e as páginas da publicação.

Exemplos:

Herbert L.A Hart (2011, p. 185) pontua que em qualquer comunidade há uma sobreposição parcial dos conteúdos de obrigações jurídicas e morais, mesmo que as exigências das regras jurídicas sejam mais específicas e detalhadas que as regras morais.

Segundo Ronald Dworkin (2010, p.127), a sua argumentação “não pressupõe a existência de nenhum procedimento mecânico para demonstrar quais são os direitos das partes nos casos difíceis”.



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

C. Citações com até 3 (três) linhas devem permanecer no corpo do texto, sem recuo ou realce, destacadas por aspas. As citações com mais de 3 (três) linhas devem ser separadas do texto com recuo de parágrafo de 4 (quatro) cm, 11 pontos, espaçamento entre linhas simples e texto justificado, sem o uso de aspas.

D. Os destaques existentes na obra original devem ser reproduzidos de forma idêntica na citação. Caso não haja destaques no original, mas o autor do artigo deseje ressaltar alguma informação, deve-se observar as normas a seguir.

i) Destaques do autor do artigo: após a transcrição da citação, empregar a expressão “grifo(s) nosso(s)” entre parênteses.

ii) Outros destaques em trechos do texto devem ocorrer apenas no estilo de fonte *itálico* e tão somente nos seguintes casos: **a)** expressões em língua estrangeira; e **b)** realce de expressões, se estritamente necessário para a compreensão do texto.

E. As citações em língua estrangeira devem ser **sempre** traduzidas para o idioma predominante do artigo nas notas de rodapé, acompanhadas do termo “tradução nossa” ou “tradução do(a) autor(a)” entre parênteses.

11.11 Notas de rodapé: não devem ser numerosas e devem conter **apenas** informações que sejam complementares ao corpo do texto. Não devem ser muito extensas nem conter citações diretas. Devem ser formatadas na mesma fonte do artigo (Times New Roman), tamanho 10, espaçamento entre linhas simples e alinhamento justificado.

11.12 Elementos gráficos e afins: as tabelas, os quadros, as figuras, as imagens e os gráficos, quando existirem, devem compor o corpo do texto, e não constar ao final do documento na forma de anexos. Devem ser inseridos com os devidos cuidados quanto à boa resolução. Para tanto, devem apresentar largura máxima de 10 cm; formato vetorial aberto e editável; legendas curtas e autoexplicativas. As imagens (bitmap) devem apresentar largura mínima de 12 cm e resolução mínima de 300 ppi.

11.13 Avaliação duplo-cega pelos pares (*double blind review*): é imprescindível que autores tomem todos os cuidados para que sejam eliminados do documento a ser submetido qualquer tipo de identificação da autoria. Assim, **não** devem ser incluídos, no corpo do texto, elementos como minicurrículo sob o título do artigo, nota de rodapé com dados de autoria, referência, no corpo do texto, a obra anteriormente publicada que faça referência aos autores de qualquer outra forma que não na terceira pessoa.



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

12. DOS PROCEDIMENTOS PARA A SUBMISSÃO DOS ARTIGOS

12.1 Enquanto a plataforma eletrônica de submissão dos textos à *Suprema – Revista de Estudos Constitucionais* não está disponível, a submissão do texto deverá ser feita por meio do envio ao e-mail revistasuprema@stf.jus.br e realizada em 2 (dois) arquivos distintos:

i) um arquivo contendo uma folha de rosto – a primeira lauda – com os seguintes elementos inseridos: o título do artigo, o resumo, as palavras-chave, o nome completo do(s) autor(es), titulação, o nome da instituição a que está vinculado, *link* para o *currículo lattes*, e-mail e telefone para contato e o seu ORCID. Adicionalmente deve-se colocar o resumo e as palavras-chave em inglês (o *abstract* e as *key words*). Este arquivo ficará em posse tão somente dos editores chefes da Revista, a fim de que possam entrar em contato com as pessoas autoras após as análises dos elementos necessários ou após a emissão dos pareceres;

ii) outro arquivo contendo na primeira lauda **apenas**: título do artigo, o resumo e as palavras-chave. Adicionalmente deve-se colocar o resumo e as palavras-chave em inglês (o *abstract* e as *key words*). Este segundo arquivo, sem qualquer traço de identificação da autoria, será encaminhado aos pareceristas que farão a avaliação.

12.2 O autor deverá informar à Revista qualquer tipo de financiamento, bolsa de pesquisa ou benefícios recebidos, de fonte comercial ou não, e declarar não haver conflito de interesses que comprometa o trabalho apresentado.

13. DA AVALIAÇÃO DOS ARTIGOS

13.1 Etapas de avaliação

Etapa 1: O artigo é inicialmente analisado pelos editores-chefes da *Suprema – Revista de Estudos Constitucionais* para verificação de sua adequação quanto à linha editorial da revista, aos requisitos formais de submissão estabelecidos e anunciados neste documento, à política de publicação da revista e ao potencial para publicação. Caso existam inconsistências, a critério dos editores-chefes, os autores poderão ser comunicados para os devidos ajustes ou o texto submetido poderá ser imediatamente desconsiderado. Nesta fase inicial, também é realizada a verificação de similitude, plágio e autoplágio por meio de *softwares* antiplágio.



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Após essa análise prévia, o arquivo sem a identificação de autoria é encaminhado a pareceristas do quadro definitivo de pareceristas ou *ad hoc* da Revista.

Etapa 2: Nesta etapa, os artigos são avaliados por 2 (dois) pareceristas em um sistema de avaliação a cega por pares (*double blind review*), mantendo-se em sigilo o nome de autores e pareceristas. Os pareceristas poderão: a) recomendar a publicação com ou sem ressalvas; b) solicitar esclarecimentos do autor ou alterações no artigo para nova avaliação; ou c) rejeitar o artigo.

Caso ambos pareceristas recomendem a publicação, o artigo será aceito. Caso ambos não recomendem a publicação, o artigo será rejeitado. Em caso de impasse e opiniões divergentes, o artigo será encaminhado para uma terceira avaliação de parecerista para decisão. O texto somente é aprovado para publicação com a obtenção de dois pareceres favoráveis.

13.2 Informações sobre o andamento da análise dos artigos serão fornecidas apenas pelo email revistasuprema@stf.jus.br.

13.3 Caso o número de artigos aprovados seja superior ao número de artigos publicados em cada edição, a Equipe de Editoração da Revista considerará para a seleção final o critério da exogenia da autoria estabelecido pela CAPES.

14. DO TERMO DE COMPROMISSO E DIREITO AUTORAL

14.1 Para submeter o artigo, os autores devem assinar o Termo de Compromisso e de Direito Autoral a ser enviado pela equipe editorial, em que declaram o ineditismo do texto, a inexistência de qualquer infração à ética acadêmica e a concordância com sua publicação sem ônus nas versões *on-line* (e impressa, se existir) da Revista, sob uma licença na modalidade aberta, uso não comercial e compartilhamento, seguindo os mesmos critérios.

15. DO CRONOGRAMA

15.1 Lançamento do edital de chamamento de artigos: **3/11/2020**

15.2 Data limite para a submissão de artigos: até as 23h59 do dia **14/12/2020**

15.3 Publicação do primeiro volume da **Suprema – Revista de Estudos Constitucionais: abril de 2021** (previsão)



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

16.1 Não serão cobradas quaisquer taxas de submissão, avaliação ou publicação.

16.2 As opiniões emitidas e a integridade do conteúdo dos artigos são de absoluta responsabilidade dos autores.

16.3 Após conclusão da elaboração da plataforma de submissão de textos, que será informada e divulgada no *site* do STF, o *e-mail* indicado não mais receberá submissões de artigos. Funcionará apenas para o contato em caso de dúvidas sobre a Revista.

16.4 As decisões do corpo editorial da revista não são suscetíveis de recursos ou impugnações em qualquer que seja a etapa do processo.

16.5 Ao enviarem os artigos, os autores deverão estar cientes que concordam com o termo de autorização para publicação do artigo, compromisso e cessão de direitos autorais supramencionado.

16.6 O *e-mail* revistasuprema@stf.jus.br está disponível para informações sobre o andamento de artigos submetidos ou para esclarecimentos adicionais.

16.7 A *Suprema - Revista de Estudos Constitucionais* poderá fazer convites a autores renomados, desde que os critérios da CAPES para as mais altas estratificações sejam sempre observados.

16.8 Os casos omissos serão resolvidos pelo corpo editorial da revista.

Brasília, 3 de novembro de 2020.

MINISTRO LUIZ FUX

PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

